

**CONFERÊNCIA**  
**POR ONDE VAI A ECONOMIA PORTUGUESA**  
*In Memoriam de João Salgueiro*  
**29.05.2023**

**António Mendonça**  
*Professor Catedrático*  
*Bastonário da Ordem dos Economistas*

Em nome da Ordem dos Economistas e em meu nome pessoal, quero começar por apresentar as minhas saudações a todos os presentes.

Permitam-se saudar, em especial, o nosso anfitrião - o Prof. António Feijó - e, por seu intermédio à Fundação Calouste Gulbenkian e a todos os seus colaboradores que nos têm apoiado em todas as nossas grandes iniciativas que aqui têm tido lugar.

Saudar e agradecer a honra que nos é dada por Sua Ex.<sup>ª</sup> o Presidente da República que, na impossibilidade de estar presente fisicamente, nos enviou a mensagem que será passada em seguida.

Também saudar e agradecer ao Sr. Ministro da Economia e do Mar que, igualmente não podendo estar presente fisicamente, nos enviou uma mensagem com que encerraremos a Conferência.

Uma saudação muito especial a Sua Exa. o Senhor General Ramalho Eanes.

As minhas saudações, também, ao Dr. Luís Montenegro, Presidente do Partido Social Democrata, a quem agradeço o interesse e honra que nos deu com a sua presença.

Uma saudação particular à Dra. Marta Torres, prima do nosso Homenageado João Salgueiro, aqui presente em sua representação e a quem simbolicamente serão entregues as insígnias de Economista Emérito, a título póstumo.

E, também, quero aproveitar para apresentar uma saudação, igualmente especial, ao Dr. Miguel Caetano, amigo e companheiro do Dr. João Salgueiro no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, onde se poderá dizer que teve início verdadeiramente a preocupação com o planeamento estratégico em Portugal, com o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), que marca o fim do condicionamento industrial e consagra a necessidade de abertura da economia portuguesa, o III Plano de Fomento (1968-1973), onde a perspectiva desenvolvimentista aparece de forma clara, e o IV Plano de Fomento (1974-1979) que aprofunda esta perspectiva, mas que não seria realizado, devido à rotura política do 25 de abril, apesar de todas as tentativas feitas nesse sentido, em particular pelo Tenente-Coronel Melo Antunes, enquanto membro dos Governos Provisórios.

(Foi na primeira homenagem em que o Dr. Miguel Caetano participou, que foi lançada a ideia desta Conferência e da atribuição do título de Economista Emérito, a título póstumo)

Saudação ao Dr. Paulo Macedo, Presidente da CGD e parceiro do Prémio.

Naturalmente que uma saudação muito especial vai para o meu amigo e Ilustre Presidente da SEDES, Dr. Álvaro Beleza, que conosco organiza esta Conferência.

E, também, para o meu amigo e colega de Direção, Prof. António Rebelo de Sousa, cujo papel na organização de toda a Conferência foi decisivo.

Por fim, uma saudação e agradecimento a todos os ilustres participantes nos diferentes painéis desta Conferência que, estou certo, muito contribuirão para a elevação do nível de discussão atual sobre a economia portuguesa que o País exige e merece.

Estamos hoje aqui reunidos para falar sobre a economia portuguesa. O tema genérico é a questão “Por onde vai a economia portuguesa”.

Permitam-me que evoque aqui, a este propósito, a memória de um outro grande economista que, no ano em que João Salgueiro deixa de estar fisicamente entre nós, mais precisamente a 4 de abril último, passaram 25 anos do seu falecimento.

Estou a referir-me ao Prof. Francisco Pereira de Moura, que foi professor em Económicas do nosso homenageado de hoje e com quem este trabalhou como assistente, na disciplina de Teoria Económica.

Como se sabe, o Prof. Pereira de Moura teve uma influência decisiva na formação de várias gerações de economistas, incluindo na de João Salgueiro. É a ele, mais precisamente ao seu livro *Por onde vai a Economia Portuguesa*, publicado em 1969, precisamente numa época crítica da vida económica e também política do País, que fomos buscar o mote para a nossa Conferência de hoje, *In Memoriam de João Salgueiro*. Um livro pequeno, na sua dimensão física, mas enorme na sua dimensão intelectual e na perturbação que então introduziu nas discussões sobre os caminhos da economia portuguesa, ampliando o espaço para as ideias desenvolvimentistas que então se afirmavam e de que o nosso homenageado é protagonista.

Os dois sempre tiveram grandes afinidades intelectuais e grande respeito mútuo e pensámos fazer sentido evocar esta coincidência temporal, potenciando o olhar crítico sobre o que se passa na economia portuguesa atual e a responsabilidade de contribuirmos para as respostas aos desafios atuais.

Cinco painéis temáticos, que vão do enquadramento de Portugal na Europa e na Economia Global à grande questão que cada vez mais se impõe ao País e a todos nós que é a de saber por onde vai - eu acrescentaria, por onde anda - o planeamento estratégico em Portugal.

Pelo meio, teremos, ainda, a oportunidade de nos interrogarmos, sobre por onde vai a economia portuguesa, por onde vão as empresas portuguesas e o papel que cabe ao sector financeiro.

Em cada painel, um conjunto de especialistas do mais alto gabarito que associam vastos conhecimentos teóricos e técnicos a uma vasta experiência em lugares de decisão aos mais altos níveis do País, no governo, nas instituições políticas, nas instituições académicas, nas instituições económicas e nas empresas.

Ilustres representantes do que há de melhor na reflexão e na gestão da economia e da sociedade portuguesa que têm ainda, muitos deles, a característica em comum de terem sido companheiros e amigos do longo e rico percurso de vida do nosso homenageado de hoje.

Temos, pois, em perspectiva um dia intenso e produtivo de reflexão sobre a economia portuguesa, cujas conclusões, para além de nos estimularem intelectualmente, esperamos que possam vir a ser úteis a quem tem de tomar decisões aos diferentes níveis da nossa economia.

É esse, aliás, o papel que as duas instituições organizadoras desta Conferência *In Memoriam de João Salgueiro - A Ordem dos Economistas* e a SEDES - nos seus diferentes campos de intervenção, se propõem realizar, no propósito de disponibilizar as suas competências próprias e o seu saber e experiência ao País, tendo como referência uma visão patriótica e de defesa do interesse público.

Naturalmente que não me quero antecipar ao debate e às conclusões que dele serão extraídas.

Mas não quero deixar de referir dois ou três aspetos que me parecem importantes e que se têm vindo a impor como referência para os debates sobre o caminho da economia portuguesa, tema que hoje nos mobilizará nesta Conferência.

Tomámos, nos últimos dias, conhecimento do reforço das verbas do PRR em mais cerca de 5 500 milhões de euros, aumentando para cerca de 22 300 milhões de euros, as verbas que teremos de executar nos próximos três anos e meio, até 2026.

Se somarmos as verbas disponíveis no quadro do PT 2030 de 23 000 milhões, a responsabilidade de execução praticamente que duplica, num prazo que se estenderá até 2029.

É uma responsabilidade imensa que o País tem pela frente e as gerações mais novas e as que estão a caminho, não nos perdoarão se não soubermos aproveitar as oportunidades que agora nos são disponibilizadas para levantarmos os constrangimentos que nos impedem de enveredar por uma trajetória sustentada de crescimento, sem esquecer as respostas aos desafios de natureza climática, ambiental, energética e tecnológica.

Toda esta imensidade de recursos não pode ser utilizada sem um pensamento estratégico de médio e longo prazo a enformá-la e sem um rigoroso sistema de produção e controle da sua justificação, coerência e aplicação.

É aqui que o legado intelectual e prático de João Salgueiro pode ser de extrema utilidade.

Tal como nos anos 60, é importante e urgente pôr em funcionamento um sistema de planeamento integrado que permita dar coerência sistémica ao conjunto de investimentos em curso e previstos, públicos e privados. Que acabe com a dispersão e a sobreposição de competências que hoje se verifica e que, sobretudo, permita ultrapassar a visão gastadora e de curto prazo, da execução pela execução.

Um segundo especto que gostaria de referir diz respeito aos jovens.

Sem dúvida que se deram passos importantes na qualificação dos jovens portugueses atingindo patamares que não destoam das médias dos países mais avançados.

Mas não podemos olhar indiferentes para aquilo que se passa com a integração destes jovens no mercado de trabalho, com dificuldade em oferecer colocações e níveis de remuneração compatíveis com a formação que receberam.

É importante que no contexto das preocupações com a maximização dos efeitos estruturais do PRR e do PT 2023 se dê atenção à questão da criação de condições para a integração de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada no mercado de trabalho, contrariando uma tendência que se está a afirmar na economia portuguesa que é da exportação de força de trabalho qualificado e a importação de força de trabalho cada vez menos qualificada.

A este nível, é importante estar atento aos efeitos de longo prazo que a crescente especialização no sector do turismo e dos serviços está a provocar na economia portuguesa. Sem querer escamotear os efeitos positivos que o turismo e os serviços a ele associados estão a produzir na dinâmica conjuntural, com impactos positivos no crescimento do produto e do emprego, é importante estar atentos aos efeitos de médio e longo prazo e desencadear desde já as medidas de compensação que permitam apoiar as medidas de reindustrialização, de reforço das cadeias de valor acrescentado nacional e de qualificação tecnológica que se estão a desenvolver em toda a Europa e na economia global.

Um terceiro especto prende-se com a nossa posição na Europa e na Economia Global.

É consensual que estamos a atravessar uma fase crítica de transformações na Europa e no mundo.

A incerteza é enorme, mas algumas certezas já estão no terreno e a ser praticadas pela generalidade dos países com os quais temos relações.

Desde logo, a necessidade de darmos atenção a todas as questões relacionadas com a sustentabilidade na esfera económica o que remete, uma vez mais, para a necessidade de pensarmos de forma integrada e sistémica todas as medidas que são tomadas a este nível, o que é inseparável de uma recuperação da importância da perspectiva de longo prazo.

Na semana passada tivemos em Lisboa o X Seminário Ibérico de Economistas, organizado pela Ordem dos Economistas de Portugal e pelo *Consejo de Economistas de España*, onde foi salientada a importância de uma cooperação estratégica entre Portugal e Espanha.

Não apenas para afirmar a posição conjunta dos dois países ibéricos na construção e afirmação de uma identidade europeia ajustada aos desafios do presente, mas também no sentido de afirmar o conjunto dos países e das comunidades que falam português e espanhol, que representam, de acordo com as estimativas mais recentes, mais de 800 milhões de pessoas, sendo o português com perto de 280 milhões de falantes a língua mais falada do hemisfério sul. A evolução demográfica aponta ainda para que as duas línguas aumentem a sua importância, designadamente em África, no caso do português e na América do Norte, no caso do espanhol.

Não podemos continuar a menosprezar a esta realidade e devemos ter a preocupação de construir uma resposta estratégica, quer a nível de cada país quer a nível ibérico, quer a nível da Comunidade ibero-atlântica. Para contribuir para a afirmação de uma identidade europeia mais forte e mais de acordo com a diversidade de países, de Histórias e de necessidades que a integram. Mas, também, para contribuir de forma mais consistente para o desenho da nova arquitetura global que se está a afirmar.

No caso de Portugal é decisivo que contribua para o desenvolvimento pleno e afirmação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, nos planos cultural, político, económico e empresarial. E a Ordem dos Economistas está firmemente apostada em dar o seu contributo.

Finalmente, o terceiro aspeto que eu queria referir - e indo ao encontro de uma proposta recente da SEDES - tem a ver com a necessidade de promover uma estratégia nacional e consensual para o crescimento.

Sem menosprezar a capacidade que o País teve nos anos mais recentes para contrariar os impactos da crise da Covid e da guerra na Ucrânia, assegurando, simultaneamente, bons níveis de recuperação económica e de equilíbrio interno e externo, é um facto que, olhando para as duas ou três últimas décadas, os níveis de crescimento médio são medíocres. E isso deve-se, sobretudo, a razões de natureza estrutural que importa ultrapassar.

Retomamos aqui a proposta, avançada há um ano, igualmente numa Conferência sobre a economia portuguesa (a primeira realizada pela nova Direção da Ordem), sobre a necessidade de um Pacto ou de um Acordo de médio e longo prazo para o crescimento, a ser discutido e firmado pelo governo, instituições económicas, empresarias e sindicais e outras instituições da sociedade civil.

Para essas discussões a Ordem dos Economistas manifesta toda a sua disponibilidade para mobilizar as suas competências diversas e contribuir para a formulação de soluções e compromissos.

Duas palavras finais para a cooperação, também de carácter estratégico, que a Ordem dos Economistas e a SEDES se propõem construir.

A primeira, tem a ver com um Protocolo de Cooperação que iremos assinar hoje nesta Conferência e que passará a enquadrar as iniciativas comuns que pretendemos levar a cabo.

A segunda, tem a ver com a criação do Prémio João Salgueiro, para distinguir um Economista, com esta designação incluindo igualmente um gestor ou empreendedor que se tenha distinguido na sua ação pela aplicação de uma visão estratégica e que já tem assegurado o patrocínio da Caixa Geral de Depósitos. As regras deste Prémio ainda estão a ser buriladas e serão anunciadas oportunamente.

Termino, desejando a todos uma boa conferência e agradecendo a resposta que deram à mobilização para estarem hoje aqui presentes.

Muito obrigado pela atenção.